

Apresentação

Violência como temática do presente número reflete, de imediato, uma situação circunstancial: os organizadores e alguns dos autores participam conjuntamente de um programa interdisciplinar de pós-graduação –o Mestrado em Ciências Criminais da Pucrs–, de projetos de pesquisa e orientam dissertações em que a violência é tematizada. Como pauta da agenda política, ela reveste-se, igualmente, de relevância e urgência.

Mas há outro aspecto que, parece-nos, coloca a violência como questão para reflexão e debate acadêmicos: nela realidade e percepção social visivelmente vão se distanciando e assumindo, em grau crescente, uma relação caracterizada pela bidirecionalidade da determinação. Não só “violência real” provoca e produz percepção/representação, como também percepção/representação se materializa – quando não se descolam.

Vista assim, a temática recobra uma complexidade que a agenda política não acolhe e a qual as disciplinas isoladamente tampouco fazem jus. Por isto, os textos aqui reunidos trazem, com perspectivas distintas, um olhar diferenciado a respeito da questão.

Com três teses sobre a violência, **Ricardo Timm de Souza** chama a atenção para a eticidade da violência onipresente, sancionada ou repudiada, na totalidade que/quando nega a alteridade. **Roberto Kant de Lima** compara a maneira brasileira de constituir espaço público e cidadania e de administrar os conflitos, especialmente os relativos à mobilidade social, por ele definida como modelo hierárquico e segmentado, com a estadunidense e a francesa, descrita como modelo igualitário e individualista. Mostra como hierarquização e restrições mudam o sentido do que é universal e particular na aplicação das regras em sociedade.

Numa conjugação de pesquisa e reflexão sobre participação em cargo público, **Luiz Eduardo Soares** enfatiza a importância da interrelação entre as subjetividades, as percepções coletivas e as expectativas socialmente construídas acerca da violência e da insegurança e sua alocação social. Os quase dois anos como gestor na área da segurança pública no Rio de Janeiro ecoam na análise da trajetória das políticas públicas ali implementadas.

Gabriel Chittó Gauer e **Roberto Gomes** trazem uma discussão sobre a violência desde a perspectiva da Psiquiatria e da Psicanálise, respectivamente, mostrando como

nestes campos do conhecimento é tratada diferenciadamente a relação entre personalidade e violência. Gauer revisa extensa bibliografia para trazer o estado da arte na psiquiatria biológica relativa ao comportamento violento. Gomes, por seu turno, atualiza a discussão sobre os instintos de vida e de morte, e defende haver uma linha de continuidade entre um leve sadomasoquismo e, no limite, o homicídio.

O texto de **Ruth M. Chittó Gauer** inaugura um conjunto de contribuições que se voltam para tópicos onde a temática da violência assume feições e contextos mais especificamente brasileiros. E inaugura-o tratando precisamente de violência e medo no mito fundacional em momento decisivo da constituição do Estado-Nação a partir das falas dos constituintes de 1823. Ela realça a dualidade das tão apreciadas características pacificidade, cordialidade e generosidade atribuídas à índole brasileira, evidenciando a face de violência que ocultam.

Miriam K. A. Guindani, Rodrigo G. de Azevedo e Ana Cláudia O. R. Marques enfocam o trinômio justiça, julgamento e pena. Guindani toma o Presídio Central de Porto Alegre como seu objeto de estudo e apresenta os diversos significados dados à pena privativa de liberdade, e ressalta neles o modo de ocultamento da violência e crueldade do sistema penal. Azevedo parte da Lei Federal nº 9.099 para discutir a tendência de informalização da Justiça Penal no Brasil dentro do contexto de mudanças no atendimento à demanda de controle penal na sociedade. Defende em seu texto que, a despeito dos avanços incentivados pela nova legislação no sentido de um acesso mais amplo e ágil aos direitos, longe está o alcance pleno dos objetivos por ela visados. Marques, por seu turno, apresenta a dinâmica de ajustes sociais desenvolvida no entorno da Justiça formal em uma pequena cidade, relativizando a idéia de uma justiça que, imparcial e objetiva, fosse capaz de pairar acima do seu próprio contexto social. Aos integrantes do júri popular cabe fazer a interface entre justiça oficial e as concepções que localmente se tem de justiça.

Esta inserção social é também enfatizada nas duas últimas contribuições do presente número de *Civitas*. **Jorge Mattar Villela** mostra como parentesco e conflito entre grupos familiares estão intimamente relacionados entre si e com o surgimento do cangaço como *modus vivendi* amplamente difundido em regiões do interior nordestino; mostra, ademais, como os bandos armados do cangaço se articulavam com as instituições do Estado. **Antônio Rafael** se concentra na dinâmica do movimento constituído pelo tráfico de drogas, sua inserção e segmentaridade no Rio de Janeiro, sua múltipla presença nos demais facetas da vida social, colocando em cheque prenoções muito difundidas sobre ele, como a de que se trate de crime organizado.

Assim, com um conjunto de textos oriundos de diversas áreas do conhecimento e com enfoques diversificados, esperamos estar contribuindo para a complexificação do debate em torno da violência – como fenômeno e como percepção sociais.